

FILOSOFIA DA MENTE E MATERIALISMO

PHILOSOPHY OF MIND AND MATERIALISM

Daniel Luporini de Faria¹

FARIA, D. L. de. Filosofia da mente e materialismo. **Akrópolis** Umuarama, v. 20, n. 3, p. 171-178, jul./set. 2012.

RESUMO: Tendo em vista o problemático legado da filosofia cartesiana no que tange à relação mente-corpo, o objetivo central do presente artigo é compreender criticamente os limites e alcances das propostas materialistas contemporâneas em filosofia da mente que se propõem a elucidar e dissolver o quadro geral de impasses e problemas aparentemente intratáveis do arcabouço teórico-conceitual da filosofia de Descartes, especialmente no que se refere à articulação da mente com o corpo. Ademais, argumentaremos a favor de um materialismo superveniente não reduutivo, sem causação descendente e sem relações de causalidade no âmbito mental. Sendo assim, entendemos que a principal relevância do presente texto seja a de contribuir positivamente à problemática relação mente-corpo, sendo relevante, especialmente, às seguintes áreas: filosofia da mente, psicologia, neuropsicologia, psiquiatria, neurociências e robótica.

PALAVRAS-CHAVE: Materialismo; Filosofia da mente; Superveniência; Filosofia cartesiana.

ABSTRACT: In view of the problematic legacy of Cartesian philosophy when it comes to the mind-body issue, the aim of this paper is to understand critically the limits and the scopes of contemporary materialistic proposals in philosophy of mind that intends to clarify and dissolve the general framework of impasses and seemingly intractable problems of the theoretical and conceptual philosophy of Descartes, especially regarding the relations of mind and body. Furthermore, we will argue in favor of a non reductive supervenient materialism, with no downward causation and no causal relationships on the mental plane. Therefore, we believe that the main relevance of this text is to positively contribute to the problematic mind-body relations, being relevant especially to the following areas: philosophy of mind, psychology, neuropsychology, psychiatry, neuroscience and robotics.

KEYWORDS: Materialism; Philosophy of mind; Supervenience; Cartesian philosophy.

¹Mestre em Filosofia da Mente, Lógica e Epistemologia pela UNESP – Marília

INTRODUÇÃO

Tendo em vista as origens e o desenvolvimento do pensamento ocidental, as questões sobre as relações entre o universo simbólico (ou mente) e o corpo (ou plano material da realidade) têm gerado relevantes e controversas discussões. Mas é, sobretudo, a partir dos escritos de Descartes que tal relação se coloca inevitavelmente como um problema de difícil resolução.

No contexto da filosofia cartesiana, o universo é cindido entre duas realidades radicalmente distintas e inconciliáveis: um plano material, composto por entidades extensas e regido pelas leis da mecânica; e um plano espiritual, formado por espíritos que, à rigor, seriam diametralmente opostos às entidades materiais, ou seja, sendo não extensos, sem peso, medida e figura.

Severas críticas foram dirigidas à teoria de Descartes, sendo que a mais óbvia e destrutiva delas questiona: como sustentar uma realidade dualista na qual haveria uma correlação entre duas substâncias radicalmente distintas?

Independentemente das respostas apresentadas por Descartes, o fato é que, com a rejeição do dualismo, as posições assumidas tendiam a rejeitar algum dos planos da realidade de Descartes. Nesse sentido, até meados do século XX os pensadores compactuaram com alguma forma de materialismo, rejeitando o âmbito espiritual, ou aderiram a perspectivas de feição idealista, rejeitando, assim, a realidade material.

Tal estado de coisas, com efeito, permaneceu no âmbito das especulações metafísicas até que alguns pensadores, insatisfeitos com tanta especulação e nenhum avanço significativo em tais discussões, passaram a investigar o cérebro com base nas ciências objetivas, ou seja, procurando estabelecer critérios objetivos de estudo. Daí o surgimento do que poderíamos chamar de “materialismo moderno”.

Tendo em vista o referido problemático legado da filosofia cartesiana no que tange à relação mente-corpo, tencionamos, no presente artigo, compreender os limites e alcances das propostas materialistas contemporâneas em filosofia da mente que se propõem a elucidar e dissolver o quadro geral de impasses e problemas aparentemente intratáveis do arcabouço teórico-conceitual da filosofia de Descartes, especialmente no que se refere à articulação da mente com o corpo, bem como tomar partido de

um materialismo superveniente não redutivo e sem relações de causalidade no âmbito mental.

O MATERIALISMO MODERNO

Na literatura acerca da perspectiva materialista, comumente se encontra a identificação entre as noções de materialismo e fisicalismo. Contudo, pode-se conceber que a noção de materialismo seria mais geral que a de fisicalismo, por assumir certas teses das ciências biológicas, tais como a da seleção natural, por exemplo, ao passo que o fisicalismo seria uma perspectiva que tende a conceber os fenômenos abordados pelas ciências “especiais” (tal como a psicologia, por exemplo), em termos de conceitos, entidades e recursos epistemológicos oriundos exclusivamente da física. Mas, para nossos propósitos, entendemos serem intercambiáveis as noções de materialismo e fisicalismo.

Na perspectiva materialista, ao menos parte, senão todas, das seguintes teses são assumidas:

- Rejeição do dualismo substancial;
- Rejeição do vitalismo e perspectivas do gênero;
- Cientificismo, que por sua vez leva à:
- Possibilidade de postulação de entidades inobserváveis;
- Possibilidade de utilização de recursos matemáticos;
- Criticidade ou abertura à possibilidade de refutações mediante experimentos.

REDUACIONISMO, SUPERVENIÊNCIA E TEORIA DA IDENTIDADE

Apresentadas algumas das principais características que compõem as perspectivas materialistas em filosofia da mente, pode-se dizer que, de modo geral, o materialismo parte do princípio de que os estados mentais “reduzem-se”, “supervêm” ou podem ser “identificados” aos estados e propriedades neurobiológicas.

De maneira muito sumária, pode-se dizer que as teorias “reducionistas” afirmam que estados mentais poderiam ser reduzidos a estados cerebrais, de modo que o percurso de uma posição reducionista ficaria mais ou menos assim: psicologia • biologia • química • física.

Ernst Nagel (1979), por exemplo, afirma que existem dois tipos de redução: homogênea

e heterogênea. No primeiro caso, da redução homogênea, a teoria que se quer reduzir (T1) tem seus conceitos expressos de maneira inalterada por uma teoria mais abrangente (T2), de modo que o que era antes explicado em T1 passa a ser explicado nos termos da nova teoria mais abrangente. O exemplo clássico desse tipo de redução teórica seria o da redução das leis do movimento terrestre, ou sub-lunar, de Galileu às leis gerais do movimento de Newton, que, utilizando-se praticamente dos mesmos termos de Galileu, passou a explicar não apenas os movimentos terrestres, mas também o movimento das estrelas e dos planetas.

No caso da redução heterogênea, os fenômenos explicados por uma teoria (T1) passam a ser explicados por outra teoria (T2), que originalmente não se propõe a explicar os mesmos tipos de fenômenos que T1 explicaria. Assim, pelo fato de T2 não utilizar os mesmos conceitos que T1, para que se possa efetuar esse tipo de redução faz-se necessário que “regras de correspondência”, ou *leis-ponte* (*bridge laws*), entre os termos e assunções de T1 e T2 sejam elaboradas. Um exemplo recorrente de redução heterogênea encontrada na literatura sobre o assunto seria a redução da termodinâmica à mecânica estatística, sendo que os fenômenos térmicos passam a ser explicados em termos de regularidades estatísticas verificadas na interação mecânica entre partículas.

Na perspectiva reducionista em filosofia da mente, a realidade dos fenômenos mentais ou psicológicos não é questionada. O reducionista, em resumo, parte da existência da mente, afirmando que as explicações dos fenômenos mentais seriam passíveis de serem reduzidos às explicações referentes aos fenômenos físicos. Assim, observa-se que (pelo menos na perspectiva de Ernst Nagel, que vagamente delineamos) a redução interteórica é concebida em termos de uma relação estritamente lógica entre conceitos e expressões de teorias, e que visa fundamentalmente a unificação explicativa, podendo, em consequência, dar ensejo para se pensar numa espécie de simplificação ontológica.

Outra variante de materialismo, que poderíamos denominar de “materialismo não-reduutivo”, afirma que embora haja uma relação de dependência dos estados mentais em relação às bases físicas ou cerebrais, a mente não pode ser reduzida ao substrato físico que a sustenta.

A noção-chave dessa vertente de ma-

terialismo, que abrange uma série de teorias, é a de superveniência, que é sintetizada por Kim (1996, p.10) nos seguintes termos: “A não distinção física implica na não distinção psicológica, de modo equivalente, não há diferença mental sem diferença física”. Contudo, é interessante frisar que Kim entende que a noção de superveniência não se configura numa solução ao problema mente-corpo, servindo somente para afastar perspectivas dualistas radicais, tais como o cartesianismo. Em suas palavras:

A superveniência não é, pois, uma relação metafísica profunda acerca de padrões de covariância de propriedades, padrões esses que possivelmente são manifestações de relações de dependência mais profundas. Se isso é assim, a superveniência só coloca o problema mente-corpo, não sendo uma solução para ele (1998, p.14).

Independentemente do tipo de superveniência que se queira adotar¹, Kim considera o problema da “causação mental” como o grande entrave para a consolidação de um materialismo consistente, em que ocorra o fechamento causal do mundo físico, sem, no entanto, cair no reducionismo.

O modelo de causação mental desenvolvido por Kim (1998) seria o de causação superveniente, modelo que admite uma relação de causalidade no domínio mental, mas que, a rigor, seria dependente ou superveniente em relação às bases físicas subjacentes aos processos mentais. Nessa perspectiva, o epifenomenalismo dos estados mentais poderia ser descartado, ademais, o traço marcante do fisicalismo seria assegurado, que seria a relação de dependência dos estados mentais com relação às bases físico-químicas subjacentes.

Assim, levando às últimas consequências a abordagem superveniente do problema

¹A relação de superveniência, com efeito, admite formulações mais fracas ou fortes. Abrantes (2004) assim se refere às possibilidades de concepção da relação de superveniência: “A indiscernibilidade física pode dizer respeito exclusivamente a indivíduos tomados num mesmo mundo, ou então envolver comparações de indivíduos tomados em diferentes mundos possíveis (superveniência local); num outro registro, a superveniência pode unicamente comparar as distribuições globais de propriedades físicas, de um lado, e mentais, de outro, em diferentes mundos possíveis, não se comprometendo com comparações de como essas propriedades são instanciadas e estão relacionadas em indivíduos, comparados dois a dois, nesses mundos (superveniência global). A superveniência local implica a global, mas não o contrário. Por outro lado, o modo como especificamos a noção de ‘possibilidade’, se lógica ou nomológica pode, por sua vez, gerar variantes das relações anteriores” (p. 10).

da causação mental, Kim (1998) conclui que: em se aceitando a relação de superveniência dos estados mentais, haveria o que ele chama de “sobredeterminação causal”, ou seja, um determinado estado mental sendo causado tanto por outro estado mental, quanto por um estado físico. Em não se aceitando a relação de superveniência dos estados mentais, o domínio da mente torna-se autônomo, podendo dar ensejo a se pensar na possibilidade da mente causar efeitos no plano físico sem uma correspondente causa física.

Neste último caso, ou seja, caso não se aceite a relação de superveniência dos estados mentais, o fechamento causal do mundo físico estaria comprometido. Já em relação ao primeiro caso, ou seja, aceitando-se a relação de superveniência, para se contornar a sobredeterminação causal dever-se-ia abrir mão dos poderes causais dos estados mentais para se evitar o não fechamento causal do mundo físico. Nesta perspectiva, as relações entre os estados mentais entre si, bem como dos estados mentais com suas contrapartidas físicas, não poderiam ser causais.

Dados tais problemas concernentes à relação de superveniência, problemas estes que surgem na possibilidade de se propor a causação descendente, pode-se dizer que uma maneira coerente de se contornar os problemas decorrentes principalmente da não aceitação da relação de superveniência seria identificar os estados mentais aos processos neurofisiológicos, tal como apregoam as teorias da identidade mente-cérebro.

Neste sentido, Smart (1970) afirma que todas as ocorrências ditas mentais seriam idênticas a uma ocorrência no nível físico-químico do cérebro. Em suas palavras:

Quando afirmo que uma sensação é um processo cerebral ou que o raio é uma descarga elétrica, estou usando a palavra “é” no sentido estrito de identidade (...). Considere o raio. A ciência física moderna nos diz que o raio é um certo tipo de descarga elétrica que se deve à ionização das nuvens de vapor d’água da atmosfera. Agora sabemos disso, esta é a verdadeira natureza do raio. Notem que não há duas coisas: um flash de luz e uma descarga elétrica. Existe uma só coisa, um flash de luz, que é cientificamente descrito como uma descarga elétrica para a terra que vem de uma nuvem ionizada de

moléculas de água. O caso não é, em geral, como aquele de explicar uma pegada por referência ao ladrão. Nós dizemos que o que o raio realmente é, a verdadeira natureza do raio enquanto revelada pela ciência, é uma descarga elétrica (SMART, 1970, P. 56).

Nessa perspectiva, os eventos mentais e os cerebrais seriam idênticos, não havendo, pois, uma mera correlação entre os eventos. Ou seja, entendendo-se os processos mentais como X e os processos cerebrais como Y, então todas as características atribuídas aos processos mentais (X) podem ser igualmente atribuídas aos processos cerebrais (Y), e vice-versa. De maneira menos abstrata, um determinado tipo de sensação, como, por exemplo, a fome que sinto neste exato momento, pode ser entendida como idêntica à ativação de determinados neurônios em meu cérebro, responsáveis pela sensação da fome sentida.

Interessante notar que, apesar da correspondência no estabelecimento de identidades entre mente e cérebro no plano ontológico, Smart (1970) entende que no âmbito discursivo haveria certa autonomia entre o mental e o cerebral. Em suas palavras:

Sensações não são nada ‘além e aquém’ de processos cerebrais. Nações não são nada ‘além e aquém’ de cidadãos, mas isso não mostra que a lógica das sentenças sobre nações seja muito diferente da lógica das sentenças sobre cidadãos; isto também não assegura a tradução das sentenças sobre nações em sentenças sobre cidadãos (id. *ibid*, p.56).

Putnam (1960) ressalta que a teoria da identidade, tal como Smart a concebe, servia muito bem para explicar cada *token*, ou ocorrência específica, de evento mental, mas necessitava de corretivos, ou uma melhor articulação, para ser capaz de abranger os tipos (ou generalidade dos *tokens*) desses eventos. Em outros termos, uma específica dor de dente pode ser concebida como um especial estado do cérebro, mas a dor de dente entendida de modo geral deveria ser entendida em termos de “papéis funcionais” descritos por determinadas relações causais. Assim surge o “funcionalismo”, que pode ser concebido como uma espécie de evolução da teoria da identidade.

A HIPÓTESE FUNCIONALISTA

Na perspectiva funcionalista, com efeito, os estados mentais podem ser comparados a estados funcionais de um computador, de modo que, assim como um programa de computador ou *software* se realiza em diferentes configurações de *hardware*, analogamente, um “programa psicológico”, hipoteticamente, poderia se realizar em variados sistemas biológicos, bem como artificiais. Como observa Abrantes (1993, p. 11) a respeito dessa hipótese geral do funcionalismo:

Tal posição em filosofia da mente se caracteriza pela tese de que é possível fazer abstração, no estudo dos processos cognitivos, de uma ‘particular instanciação’ material (física, biológica) dos processos mentais. Esses processos poderiam ser descritos exclusivamente em termos de uma organização funcional da mente, em que, por exemplo, “módulos” desempenhariam funções especificadas por relações de processamento entre a entrada (*input*) e a saída (*output*). (...) Os estados mentais são caracterizados exclusivamente por suas inter-relações funcionais, podendo ser “instanciados” nos mais diversos materiais, seja em silício, seja em estruturas biológicas como os cérebros dos animais.

Apresentadas as linhas gerais que definem a hipótese funcionalista, podemos dizer que, embora o funcionalismo computacional não esteja comprometido propriamente com a noção de matéria, não significa que seja absolutamente incompatível com o materialismo. Como Putnam (1980) ressalta, a hipótese funcional da mente se apresenta como uma espécie de terceira via entre o materialismo e o dualismo, não se colocando, necessariamente, como uma posição incompatível com tais perspectivas. A aproximação do funcionalismo com o materialismo fica bastante evidente quando Putnam (1960) defende o que chama de “identidade teórica” entre estados mentais e estados cerebrais.

Resumidamente, o referido autor entende que não estaria excluída a possibilidade de que, no contexto de uma futura teoria materialista da identidade mente-cérebro, a identificação entre estados mentais e cerebrais possa vir a ser expressa num enunciado inteligível (tal como ‘estados mentais são iguais a estados ce-

rebrais’), mais ou menos como ocorreu após a formulação dos princípios da eletrólise, em que o enunciado ‘água é igual a H₂O’ passou a ter sentido. Já em relação a não necessária incompatibilidade entre o funcionalismo e o dualismo, Putnam (1980) entende (sem evocar a ideia de alma) que o funcionalista pode, sem incorrer em impropérios lógicos, se referir a “funções” como sendo propriedades não físicas, algo que, para Smart, por exemplo, careceria de sentido.

Como ressaltamos, embora o funcionalismo comumente seja entendido como uma espécie de alternativa à teoria da identidade mente-cérebro, Chalmers (1996), a exemplo de Kim (1998), considera o funcionalismo como uma teoria reducionista, na medida em que a ocorrência de um evento mental, no contexto do funcionalismo, possa ser explicada em termos de uma ocorrência num nível inferior ou “mais baixo”. Assim, a múltipla instanciação de um evento mental não seria problema para o estabelecimento de uma explicação reducionista.

O PROBLEMA DA EXPERIÊNCIA CONSCIENTE

Apresentadas as linhas gerais que definem algumas das mais conhecidas orientações materialistas, bem como a hipótese geral do funcionalismo, e, independentemente do funcionalismo ser ou não, em última instância, uma teoria reducionista da mente, podemos dizer que o grande problema que parece resistir a todas essas abordagens seria o de explicar o “modo como se dá” a transição da “quantidade” para a “qualidade” dos estados mentais, sobretudo, os estados qualitativos da consciência.

Entretanto, antes de nos atermos à problemática noção de experiência consciente, ou simplesmente *qualia*, devemos nos posicionar acerca de qual seria a posição materialista mais condizente com nossos propósitos, ou melhor, com a perspectiva materialista em filosofia da mente menos problemática e, conseqüentemente, mais promissora.

Neste sentido, julgamos que o plano simbólico, ou simplesmente a mente, caracteriza-se por ser uma propriedade “emergente” de um substrato físico (não necessariamente orgânico), que, depois que “emerge”, está sujeita a toda e qualquer alteração do plano físico, não podendo causar alterações neste plano mais elementar (físico), tampouco ser reduzida a este. Por ou-

tras palavras, advogamos por uma perspectiva superveniente não reducionista da mente, e sem o que convencionou-se chamar de causalção descendente.

Além disso, cabe ressaltar que, no âmbito mental, acreditamos que não há relações de causalidade entre ideias; pensamos, à rigor, que a mente seria como uma espécie de “reflexo” de um espelho, de modo que o espelho seria a organização funcional que proporciona a imagem, ou reflexo (mente). Assim, reiteramos que, no plano simbólico ou mental, não há uma relação de mera causalidade, mas sim o “espelhamento” de uma organização funcional que pode ser biológica ou (talvez) não, tendo em vista a não incompatibilidade (a nosso ver) entre o materialismo e o funcionalismo.

Retomando o problema de como se dá, no homem, a transição da quantidade para a qualidade dos estados mentais, ou problema dos *qualia*, como alguns autores vêm salientando, em especial Levine (1983), mesmo obtendo-se o conhecimento pormenorizado dos correlatos neurais que sustentam determinados aspectos da consciência, ainda assim parece haver uma espécie de abismo entre tais correlatos e a experiência dos estados conscientes neles mesmos, principalmente no que diz respeito às qualidades secundárias, ou *qualia* experimentados. A ideia por trás do problema do explanatory gap² é basicamente a mesma aventada por Thomas Nagel (1980), Chalmers (1996; 1997) e Searle (1998), dentre outros: aparentemente não há nenhuma característica física conhecida que se possa correlacionar (no sentido de explicar como o cérebro causa ou manifesta os estados mentais, em especial as qualidades associadas a eles) a estados subjetivos, tais como a percepção de cores, odores, etc., como se a história explicativa que vai dos estados neuronais aos estados conscientes, em algum momento, desse uma espécie de salto inexplicado.

O grande problema, em resumo, é que as qualidades fenomênicas são muitas vezes concebidas como causalmente “nulas”, quer dizer, elas em nada alterariam o comportamento ou o funcionamento cerebral. Isso porque as teorias que entendem que os *qualia* possuem poderes causais chegaram a um problema: como considerar os *qualia* como algo pertencente ao mun-

do físico? Como sustentar que a fome que agora sinto, as cores que agora vejo, são coisas físicas de meu cérebro, possuindo peso, medida e localização específicas? E, admitindo que os *qualia* não são entidades físicas e possuem poderes causais, como sustentar que eles são capazes de causar alterações no corpo sem romper com o princípio de que o mundo físico seria causalmente fechado?

Se nas perspectivas materialistas os problemas apresentados são significativos, para a abordagem funcionalista pode-se dizer que o problema seria que os estados qualitativos da consciência parecem resistir a toda e qualquer forma de funcionalização. Para Chalmers (1996; 1997), por exemplo, o aspecto subjetivo que acompanha a experiência não seria um problema sobre a performance de funções ou relações neuronais, persistindo mesmo quando a performance de todas as funções relevantes num dado comportamento é explicada³.

Com relação aos aspectos subjetivos e qualitativos da experiência, ou simplesmente *qualia*, algumas considerações podem ser feitas⁴. Em primeiro lugar, interessa pensar se sua manifestação pode ser considerada como algum “tipo de conhecimento”. Neste sentido, poderíamos fazer menção ao célebre artigo de Thomas Nagel (1980), em que o referido autor ocupa-se, fundamentalmente, com a articulação de argumentos críticos à redução do mental ao plano físico; para tanto, sustenta que existe um determinado tipo de conhecimento que jamais poderá ser alcançado pelo materialismo, qual seja, o conhecimento de ser como um outro ser que não nós próprios (em especial, se este ser se tratar

³Podemos dizer que Chalmers (1996, 1997) discrimina duas classes de problemas referentes ao trato de questões ligadas à polissêmica noção de consciência: a classe dos problemas fáceis e a do problema difícil. Os problemas fáceis da consciência seriam aqueles que podem ser abordados e resolvidos pelos métodos das ciências cognitivas e neurociências, sem nenhum empecilho a priori. Alguns deles seriam: a integração da informação num sistema cognitivo, o foco da atenção, o controle do comportamento, a diferença entre o estado de sono e vigília, dentre outros. Para explicar este último, por exemplo, uma abordagem neurofisiológica sobre o processo responsável pelo comportamento contrastante dos organismos nesses estados é o bastante. Já o problema realmente difícil da consciência (*hard problem*) seria o de explicar as qualidades subjetivas da experiência, ou seja, o problema é o de explicar como os sistemas cognitivos são sujeitos à experiência e por que quando nosso sistema visual, por exemplo, desencadeia um processo de informação, a qualidade de uma cor específica é experimentada.

⁴Ainda em tempo, note que preservamos aqui a terminologia sugerida por Chalmers (1996), que entende como intercambiáveis as noções de *qualia*, consciência (conscious), “ser como”, experiência consciente ou simplesmente experiência.

²Abismo explicativo (*explanatory gap*, em inglês) seria a expressão utilizada para designar o que chamamos acima de abismo entre os estados neurais e a experiência dos estados mentais conscientes.

de uma criatura bastante distinta de um humano, como um morcego, que é o exemplo explorado por Thomas Nagel).

Sendo assim, o critério não satisfeito de “experienciação intersubjetiva direta” que o conhecimento de ser como X encerra, solapa a possibilidade da ciência contemporânea explicar uma parcela importante dos problemas existentes na natureza.

Numa linha de raciocínio similar (talvez mais radical, na medida em que não se limita a apontar as limitações do materialismo, mas vai além, no sentido de que as limitações do materialismo evidenciam seu caráter equivocado), Jackson (1986) sustenta que o materialismo não pode tratar de todos os aspectos informacionais disponíveis no mundo, em especial, as informações relativas aos qualia.

Em seu clássico experimento de pensamento, o autor indaga se seria possível que uma cientista que soubesse tudo acerca dos fenômenos físicos e neurofisiológicos concernentes às cores e seu processamento no cérebro, estando ela confinada a vida toda numa sala preta e branca, obteria, caso saísse da sala, algum acréscimo informacional com a nova experiência subjetiva de experimentar as cores que, teoricamente, tão bem conhece. A resposta do autor, como é de esperar, será que sim, um acréscimo informacional importante ocorreria, e que seria impossível de ser obtido dentro da perspectiva materialista da ciência tradicional.

Nesse sentido, visto que os aspectos subjetivos e qualitativos da experiência podem ser entendidos como uma “forma de conhecimento”, interessa saber a natureza da abordagem teórica que poderia solucionar o problema da relação entre matéria e consciência, se é que há uma solução para tanto.

Para alguns autores, a relação entre consciência e matéria seria impossível de ser compreendida dentro dos cânones científicos contemporâneos. McGinn (1989), por exemplo, afirma que mesmo havendo, a princípio, uma explicação naturalista para a relação entre as qualidades da experiência e o substrato físico (cérebro) que as sustentam, o homem seria “cognitivamente fechado” (cognitive closure) a tal tipo de conhecimento. Do mesmo modo como uma formiga é incapaz de apreender a regra de três, analogamente, ao homem seria vetada a compreensão da relação da mente com o corpo. Segundo o autor (1989, p.350), “um tipo de

mente M é cognitivamente fechado com relação a uma propriedade P (ou teoria T) se e somente se os procedimentos de formação de conceitos de que M dispõe não conseguem abarcar P (ou a compreensão de T)”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, podemos dizer que, para que o materialismo emergente e não redutível se consolide como uma alternativa viável à compreensão da problemática relação mente/corpo, faz-se necessário que os problemas apresentados (pertinentes à ideia de redução, bem como de fechamento causal do mundo físico) sejam acomodados numa teoria que, a rigor, contemple e determine um lugar aos assim chamados aspectos qualitativos da consciência.

Em suma, pensamos que os pontos positivos deste artigo crítico foram o de situar o leitor às discussões seculares acerca da problemática relação mente-corpo que se coloca como um problema, sobretudo, a partir dos escritos de Descartes, dando especial ênfase às abordagens contemporâneas do problema, bem como o de tomar uma posição clara acerca da abordagem que julgamos ser mais promissora, a saber: a proposta materialista superveniente não redutiva.

Quanto às limitações do presente texto, reconhecemos outros caminhos que podem ainda ser explorados em futuras pesquisas, como o real estatuto ontológico da mente e a refutação da redução interteórica. No entanto, o presente texto traça boa parte do panorama das discussões candentes em filosofia da mente, posicionando-se de maneira incisiva na tese de que a mente é superveniente às bases materiais (orgânicas ou não), e não pode causar alterações a tais bases, constituindo-se em material significativo às neurociências, bem como, à psicologia e psiquiatria.

AGRADECIMENTOS

Um especial agradecimento ao Prof. Dr. Osvaldo Frota Pessoa Jr. pelas valiosas contribuições em versões anteriores desse artigo.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, P. Naturalismo em filosofia da mente. In: FERREIRA, A.; GONZALEZ, M.

FARIA, D. L. de.

E. Q.; COELHO, J. G. (Ed.). **Encontro com as ciências cognitivas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2004. p. 5-37.

_____. Introdução à epistemologia e cognição. In: ABRANTES, P. (Ed.) **Epistemologia e cognição**. Brasília: Universidade de Brasília, 1993. p. 9-23.

CHALMERS, D. J. Jacing up to the problem of consciousness. In: SHEAR, J. (Ed.). **Explaining consciousness: the 'hard problem**. Cambridge: The MIT Press, 1997.

_____. (1996). **The conscious mind**. New York: Oxford University Press, 1996.

DESCARTES, R. Meditações. In: _____. **Discurso do método; meditações; objeções e respostas; as paixões da alma; cartas**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 91-150. (Coleção Os Pensadores).

JACKSON, F. What Mary didn't know. **Journal of Philosophy**, n. 83, p. 291-295, 1986.

KIM, J. **Philosophy of mind**. Colorado: Westview Press, 1996.

_____. **Mind in a physical world**. Cambridge MA: The MIT Press, 1998.

LEVINE, J. Materialism and qualia: the explanatory gap. **Pacific Philosophical Quarterly**, 1983. v. 64, p. 354-361, 1983.

McGINN, C. Can we solve the mind-body problem? **Mind**, v. 98, n. 391, p. 349-366, 1989.

NAGEL, E. Issues in the logic of reductive explanations. In: _____. **Teleology revisited and other essays in the philosophy of science**. New York: Columbia University Press, 1979. p. 95-117.

NAGEL, T. What is it like to be a bat? In: BLOCK, N. (Ed.). **Readings in philosophy of psychology**. Cambridge: Harvard University Press, 1980. p. 159-168.

PUTNAM, H. Minds and machines. In: HOOK, S. (Ed.). **Dimensions of mind**. New York:

Collier, 1960. p. 149-179.

_____. The nature of mental states. In: BLOCK, N. (Ed.). **Readings in philosophy of psychology**. Cambridge: Harvard University Press, 1980. p. 223-231.

SEARLE, J. R. **O mistério da consciência**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SMART, J. J. C. Sensations and brain processes. In: BORST, C. V. (Ed.). **The mind Brain/identity theory**. London: The Macmillan Press, 1970. p. 52-66.

FILOSOFÍA DE LA MENTE Y MATERIALISMO

RESUMEN: Teniendo en cuenta el problemático legado de la filosofía cartesiana en lo que tañe la relación mente y cuerpo, el objetivo central de este artículo es comprender críticamente los límites y alcances de las propuestas materialistas contemporáneas en filosofía de la mente que se proponen a elucidar y disolver el cuadro general de impases y problemas aparentemente intratables del esquema teórico conceptual de la filosofía de Descartes, especialmente en lo que se refiere a la articulación de la mente con el cuerpo. Además, argumentaremos a favor de un materialismo superveniente no reductivo, sin causa descendente y sin relaciones de casualidad en el ámbito mental. Por lo tanto, entendemos que la principal relevancia del presente texto es contribuir positivamente a la problemática relación mente y cuerpo, siendo importante, especialmente, a las siguientes áreas: filosofía de la mente, psicología, neuropsicología, psiquiatría, neurociencias y robótica.

PALABRAS CLAVE: Materialismo; Filosofía de la mente; Superveniencia; Filosofía cartesiana.